

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Temos muito a aprender com o Brasil" 3

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STJ poderá alterar entendimento que admite liquidação antecipada de seguro garantia
..... 4

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Justiça suspende concurso para a Receita Federal 6

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita Federal adota medidas para ampliar proteção de dados dos contribuintes 7

MEIO NORTE - TERESINA - PI - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

Teto de juros do consignado do INSS vai cair para 1,84% 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Bancos criticam corte "artificial" de juro pelo INSS 10

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Juros do consignado a aposentados têm queda 11

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Queda de juros pede cautela de aposentado 12

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo vetado de ficar com precatórios 13

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS vai testar autosserviços com totens nas agências e WhatsApp 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira destaca empenho da Câmara com "pauta verde" 15

O LIBERAL - BELÉM - PA - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira diz que Câmara trabalha para melhorar a economia brasileira 16

DEZ MINUTOS - MANAUS - AM - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Eduardo Braga avança nas negociações da reforma tributária 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Como a economia americana pode prejudicar a brasileira? (Artigo) 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O que é, afinal, o rotativo do cartão?	19
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Despesa com juros dobrou para empresas desde 2019.....	21
VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Appian planeja investir até US\$ 2 bilhões no Brasil.....	23
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
Alta na renda beneficia mais pobres (Editorial).....	24
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Inflação na Argentina sobe, e BC eleva juros a 133%.....	25
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Bolsa avança mais em liquidez e eficiência.....	26
CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA ECONOMIA	
Opep eleva projeção para o PIB.....	27
CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - 24H ECONOMIA ECONOMIA	
FMI afirma não acreditar em déficit zero em 2024.....	28
O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA ECONOMIA	
Brasil lidera na América Latina e é a economia mais inovadora.....	29
O ESTADO DE S. PAULO - ESPORTES TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Ecclestone é condenado a prisão por fraude fiscal.....	30

"Temos muito a aprender com o Brasil"

Mayara Souto

» Entrevista | Yaneth Giha | diretora executiva da Fifarma

Em recente visita ao Brasil, a diretora executiva da Federação da Indústria Farmacêutica da América Latina (Fifarma), Yaneth Giha, comentou ao Correio o estágio de inovação no segmento de saúde. Ex-ministra da Educação na Colômbia, Giha participou de um seminário da MDS Farma sobre saúde, em São Paulo.

Como está o panorama do Brasil na área da saúde e inovação?

O Brasil vai bem algumas coisas, e em outras há desafios. Por exemplo, a pobreza multidimensional. Esse é um grande desafio e tem repercussões nas questões de saúde. Portanto há uma grande tarefa a ser feita. Outra questão é a redução da carga de doenças, porque isso faz com que os resultados em saúde não sejam os esperados. A mortalidade materna, por exemplo, é de 72/100 mil, enquanto a média da América Latina é 53/100 mil. Um tema importante, no caso do Brasil, é a cobertura do sistema de vacinação que realmente é dos mais altos na região - 80% da população tem esquema vacinal completo. Isso também faz com que o país esteja criando uma base adequada para ter melhor saúde no futuro. Nós sabemos o poder da vacinação nesta frente.

Qual a posição do Brasil no campo das pesquisas em saúde?

O Brasil é o líder regional na inovação. Pode ensinar aos demais países da região sobre atividades inovadoras, investimentos, pesquisa e desenvolvimento. Temos muito a aprender com vocês.

Como está a saúde pública brasileira em relação à dos demais países latino-americanos?

Quando elaboramos o recente estudo Panorama de saúde e inovação, o que tentamos observar foi como estávamos nos saindo em cada uma das questões do tema em 11 países da região. Sem dúvida, o Brasil aparece como líder regional em diversos pontos. A primeira coisa é mencionar que, embora tenhamos na região o desafio de aumentar os gastos com saúde, o Brasil é o que tem melhor desempenho quando se olha o agregado público-privado. Sim, é o país que faz

mais esforços públicos e privados para ter os gastos adequados em questões de saúde. É o país que mais gasta com o setor na América Latina? 44% da **receita federal**, enquanto os vizinhos latinos apresentam 22%. Mas, ainda está abaixo do país que menos gasta na Europa, que é a Espanha.

O que é preciso fazer para avançar?

Precisamos fazer um esforço enorme em muitas áreas, não só em ter maiores gastos com a saúde, que acredito ser uma tarefa enorme que todos os países têm, é ver a saúde como um investimento. A pandemia da covid-19 nos permitiu entender que, sem saúde, provavelmente faltarão muitas coisas. Sem saúde, a economia não pode avançar. Então penso que hoje entendemos que investir na saúde traz benefícios, não só para a saúde, mas para muito mais coisas além da saúde. Este relatório ajuda a concentrar esforços.

Onde estão essas inovações?

O Brasil tem um ecossistema de inovação que não temos no restante dos países da América Latina. É um ecossistema de inovação que tem muita investigação nas universidades, mas também em centros de inovação. No caso da saúde, temos o Instituto Butantan, mas também existe na agroindústria, na aeronáutica. Vê-se que o Brasil está realmente fazendo um esforço enorme para pesquisar, inovar e gerar soluções para o país, mas também pode o fazer para a América Latina. Acredito que o Brasil é o país que mais pode nos ensinar como gerar ambientes de inovação adequados.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/5142/13-10-2023.html?all=1>

STJ poderá alterar entendimento que admite liquidação antecipada de seguro garantia

Bárbara Pombo

A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sinalizou que pode rever a jurisprudência que admite o levantamento de seguro garantia oferecido pelo contribuinte para discutir dívida tributária no Judiciário, antes do encerramento do processo de cobrança (execução). Essa medida favorece o Fisco ao possibilitar a conversão da garantia em dinheiro, que, então, é destinado ao caixa da União, Estados ou municípios.

Esse assunto foi alvo de veto na recém-editada Lei do **Carf, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais** (nº 14.689, de 2023). O projeto aprovado pelo Congresso Nacional proibia a liquidação antecipada. Previa que a fiança bancária ou o seguro garantia somente poderiam ser liquidados após o trânsito em julgado de decisão de mérito em desfavor do contribuinte, ou seja, quando não coubesse mais recurso.

No veto, a Presidência da República apontou contrariedade ao interesse público. Justificou que "a impossibilidade de execução imediata dessas espécies de garantia fragilizava o processo de cobrança, indo de encontro à jurisprudência nacional".

Os ministros da 1ª Turma do STJ voltaram a analisar o tema no fim do mês passado, pouco depois da publicação do veto. O relator, ministro Sérgio Kukina, votou para aplicar o entendimento pacífico da 1ª e da 2ª Turmas, favorável ao Fisco.

O ministro Gurgel de Faria, porém, pediu vista, adiando a decisão. Afirmou que está incomodado com o tema e quer revisá-lo. Os demais integrantes do colegiado também se manifestaram no sentido de repensar a jurisprudência.

"O débito está devidamente garantido, o seguro é feito por instituição bancária sólida e não é barato. As empresas estão passando por momentos difíceis. Vou pedir vista para refletir melhor", disse ele durante a sessão (AREsp 2310912/MG).

No caso, a turma analisa recurso da Usiminas contra decisão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), que determinou a execução antecipada do seguro garantia. Impôs à empresa, com isso, o

depósito judicial do valor do débito de ICMS discutido.

No entanto, os desembargadores negaram o pedido do Estado para levantar os valores depositados para o caixa estadual. Para eles, essa medida só poderia ocorrer após o trânsito em julgado do processo, na linha do que prevê o artigo 32, parágrafo 2o, da Lei de Execuções Fiscal - Lei nº 6.830, de 1980.

O dispositivo prevê que "após o trânsito em julgado da decisão, o depósito, monetariamente atualizado, será devolvido ao depositante ou entregue à Fazenda Pública, mediante ordem do juízo competente".

A Lei Complementar 151, de 2015, porém, autorizou Estados e municípios a utilizarem até 70% do valor atualizado dos depósitos referentes aos processos judiciais e administrativos em que figurem como parte. A validade dessa norma está sob análise do Supremo Tribunal Federal (STF), por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5361.

A advogada tributarista Nina Pencak, sócia do escritório Mannrich e Vasconcelos Advogados, afirma que a discussão sobre a execução antecipada de garantia impacta os contribuintes por envolver, normalmente, valores altos.

A ordem de liquidação gera, na prática, desembolso por parte das empresas, explica André Mendes Moreira, sócio da banca Sacha Calmon - Misabel Derzi Advogados, que representa o contribuinte no recurso em análise na 1ª Turma do STJ.

"O contrato de contra garantia, em regra, exige que a companhia faça o ressarcimento do valor que a seguradora é instada a pagar", diz o especialista.

Segundo ele, diante disso, muitas empresas têm optado por fazer o depósito judicial. Isso porque, explica, a liquidação implica sinistro da apólice, o que impacta no rating da empresa para avaliação de risco na contratação de outras apólices. "O prêmio das apólices futuras aumenta em razão desse evento."

Nina Pencak lembra que, uma vez obtendo decisão favorável em segundo grau, a União, Estados e municípios pedem a liquidação da garantia ou da fiança bancária. "Argumentam que é necessário fazer o depósito judicial para manter o crédito suspenso e,

consequentemente, a execução", diz.

Isso porque, explica Nina, o artigo 151 do Código Tributário Nacional (CTN) não prevê o seguro ou a fiança bancária no rol de possibilidades de suspensão da exigência do crédito tributário.

Após o pedido de vista do ministro Gurgel de Faria no julgamento do STJ, os demais ministros que compõem a 1ª Turma engrossaram o caldo em defesa de repensar a jurisprudência - até mesmo o relator, Kukina.

"É uma situação que me causa certa intranquilidade", afirmou Kukina. "Não vejo lógica de deslocar o valor da garantia à conta vinculada ao juízo sendo que vai gerar custos adicionais ao executado, porque o banco vai cobrar pela disponibilização do valor", acrescentou.

Presidente da 1ª Turma, o ministro Paulo Sérgio Domingues apontou que a liquidação antecipada desse seguro traz ônus ao encarecer os próximos seguros contratados.

A ministra Regina Helena Costa concordou que o tema merece uma nova reflexão. "É uma bela provocação do ministro Gurgel."

"O seguro é feito por instituição bancária sólida e não é barato" Gurgel de Faria

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231013/>

Justiça suspende concurso para a Receita Federal

A Justiça Federal do Distrito Federal suspendeu o concurso para a **Receita Federal** que visa ao preenchimento de 699 vagas nos cargos de auditor-fiscal e analista-tributário. O entendimento do juiz Leonardo Tavares Saraiva foi o de que seria preciso evitar riscos de afronta à isonomia na seleção.

"Entendo ser razoável determinar a suspensão do segunda etapa (curso de formação), até que haja instrução processual suficiente para se verificar o cabimento das anulações pleiteadas e das novas correções pretendidas", argumentou o magistrado.

A suspensão se deu porque, há um mês, o Ministério Público Federal (MPF) abriu uma ação civil pública contra a Fundação Getúlio Vargas (FGV) por causa da realização do atual concurso para a Receita, do qual a instituição é a banca organizadora.

No documento, a promotoria defende que é "urgente a suspensão do concurso" até que algumas questões sejam corrigidas.

O MPF pede que seja divulgada uma nova lista de aprovados nas provas objetivas e discursivas, com a reclassificação pertinente, depois de realizadas a análise dos recursos às provas discursivas e a anulação de questões.

"Seja determinada, por sentença de mérito, a obrigação de fazer consistente na anulação das questões nº 67, 69, 70 do caderno de Prova tipo 1 - Objetiva para Analista Tributário; das questões nº 77 e 80 do caderno de Prova Tipo 1 - Objetiva para Auditor Fiscal; das questões nº 4 e 10 do caderno de Prova Tipo 1 - Objetiva, para Auditor-Fiscal; da questão nº 1, 'c' da prova discursiva para Auditor-Fiscal", detalha a ação civil pública.

O MPF afirma que está à disposição para a realização de uma audiência de conciliação com a fundação. Procurada a FGV não se manifestou.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Receita Federal adota medidas para ampliar proteção de dados dos contribuintes

A **Receita Federal** vai aumentar, a partir do próximo dia 1º de novembro, a proteção aos dados e informações dos contribuintes, limitando o uso de código de acesso/senha para serviços digitais disponíveis no Centro de Atendimento Virtual (Portal e-Cac). Segundo o órgão, os serviços restringidos passarão a ser acessados exclusivamente pela conta gov.br, com nível de confiabilidade prata ou ouro. A restrição ocorrerá em três etapas e terminará no final de janeiro de 2024.

As pessoas que, por algum motivo, não puderem aumentar o nível de confiabilidade da conta gov.br poderão solicitar o cadas-tramento de uma procuração digital para que um representante legal possa acessar os serviços em seu nome.

As medidas atendem às determinações de lei que dispõe sobre aceitação e utilização de assinaturas eletrônicas, estabelecendo requisitos que conferem mais efetividade e segurança nas interações com serviços públicos. A limitação não impedirá o acesso por código aos serviços que não constam em lista descritiva, bem como não impedirá a criação de novos códigos de acesso, até que novas medidas de segurança e proteção de dados sejam adotadas.

Acesso ao gov.br

Mais de 110 milhões de brasileiros já utilizaram os serviços públicos digitais a partir da Plataforma GOV. BR somente neste ano. No total, são cerca de 153 milhões de contas cadastradas na plataforma, sendo 72,3 milhões de contas Prata ou Ouro. Os dados são do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Hoje, inclusive, para acessar os serviços do programa de renegociação de dívidas, o Desenrola, é preciso ter acesso aos serviços digitais disponibilizados pelo GOV.BR, e ter uma conta Prata ou Ouro. "Recomendamos aos cidadãos o uso do aplicativo GOV. BR para garantir a segurança dos dados pessoais e também porque é mais fácil de fazer a mudança de nível de conta", explicou Mascarenhas. "Esta é uma medida que pode alcançar 32 milhões de brasileiros, é importante que todos já realizem o seu registro na plataforma antes do início das negociações", disse o secretário de Governo Digital, Rogério Mascarenhas.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/13-10-2023->

edicao24680/

Teto de juros do consignado do INSS vai cair para 1,84%

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) pagarão menos nas futuras operações de crédito consignado. Por 14 votos a 1, o Conselho Nacional da **Previdência Social** (CNPS) aprovou nesta quarta-feira (11) o novo limite de juros de 1,84% ao mês para essas operações. O novo teto é 0,07 ponto percentual menor que o antigo limite, de 1,91% ao mês, nível que vigorava desde agosto.

O teto dos juros para o cartão de crédito consignado caiu de 2,83% para 2,73% ao mês.

Propostas pelo próprio governo, as medidas entram em vigor 5 dias após a instrução normativa ser publicada no Diário Oficial da União. A publicação está prevista para segunda-feira (16).

A justificativa para a redução foi o corte de 0,5 ponto percentual na Taxa Selic (juros básicos da economia).

No fim de setembro, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reduziu os juros básicos de 13,25% para 12,75% ao ano.

Em agosto, o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, disse que a pasta pretendia propor novas reduções no teto do consignado à medida que a Selic cair. As mudanças têm de ser aprovadas pelo CNPS.

Com o novo teto, alguns bancos oficiais terão de reduzir as taxas para o consignado do **INSS**. Segundo os dados mais recentes do Banco Central, o Banco do Nordeste cobra 1,91% ao mês; o Banco da Amazônia cobra 1,9%; e o Banco do Brasil, 1,86% ao mês. Entre os bancos federais, apenas a Caixa cobra mais baixo que o futuro teto, com taxa de 1,74% ao mês.

Instituições financeiras Os representantes das instituições financeiras propuseram que o conselho suspendesse o debate sobre os novos limites até a próxima reunião do Copom, marcada para 31 de outubro e 1º de novembro

Site: <http://jornal.meionorte.com/?goto=impresso/pdf>

Bancos criticam corte "artificial" de juro pelo INSS

MATHEUS PIOVESANA

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e a Associação Brasileira de Bancos (ABBC) criticaram, em nota conjunta, a nova redução no teto de juros do crédito do **INSS**, de 1,91% para 1,84% ao mês, anunciada pelo Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS), na quarta-feira.

De acordo com as duas entidades, as reduções efetuadas desde o começo do ano são artificiais e arbitrarias. "É visível e meritório o esforço da equipe econômica do governo em adotar medidas para melhoria do ambiente de crédito, a exemplo da aprovação do Marco das Garantias e da implantação do Programa Desenrola", afirma o texto.

"Numa direção oposta, o Ministério da Previdência, sem envolver o Ministério da Fazenda, insiste em diminuir, de forma artificial e arbitrária, o teto de juros do consignado do **INSS**, sem levar em conta qualquer critério técnico e a estrutura de custos, tanto na captação de funding, quanto na concessão de empréstimos para aposentados." Ainda segundo a nota, a queda no volume do crédito consignado do **INSS** este ano é uma consequência direta das reduções de teto promovidas pela pasta. "O volume de concessão, comparando-se o período de maio a agosto de 2022 com o mesmo período de 2023, caiu de R\$ 29,3 bilhões para R\$ 21,2 bilhões", diz a nota.

"A média de concessão mensal teve redução de R\$ 7,3 bilhões para R\$ 5,3 bilhões, de acordo com dados do Banco Central. Ou seja, R\$ 2 bilhões a menos de crédito consignado na economia; uma queda anual de 27%." A Febraban e a ABBC dizem também que o volume de concessões médias mensais entre maio e agosto deste ano é o menor desde 2018, quando atingiu R\$ 5,5 bilhões. O resultado não leva em conta a interrupção da oferta pelos bancos em março, quando a Previdência fez uma primeira redução do teto, da qual teve que recuar.

O texto acrescenta que houve uma redução de 35% nas contratações de consignado para aposentados com mais de 70 anos, que oferecem maior risco. Além disso, diz que houve fechamento de lojas de correspondentes bancários.

"Em síntese, sob alegação de beneficiar os

aposentados, as reduções artificiais tiveram efeito totalmente contrário para a camada mais vulnerável desse público, que precisa de crédito em condições mais acessíveis", diz a nota. "Desestimulados, correspondentes bancários fecharam lojas e demitiram colaboradores diante da redução significativa (cerca de 40%) da remuneração que recebiam dos bancos." No fim, o texto afirma que cada banco terá de avaliar a viabilidade de continuar a oferecer a modalidade.

Menos recursos Instituições financeiras dizem que medida do governo levou à queda da oferta de crédito

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Juros do consignado a aposentados têm queda

NILTON VALENTIM niltonvalentim@dgabc.com.br

Os cerca de 280 mil aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) que moram no Grande ABC que recorrem ao empréstimo consignado para equilibrar as contas mensais vão ser impactados pela decisão do CNPS (Conselho Nacional da **Previdência Social**), que reduziu o limite de juros desta modalidade de crédito para 1,84%, o que significa baixa de 0,07 ponto percentual sobre o teto anterior, que era de 1,91%. A taxa vale para a contratação de novas operações.

Segundo a Associação dos Aposentados e Pensionistas do Grande ABC, aproximadamente 70% dos cerca de 400 mil pessoas que recebem benefícios do **INSS** nas sete cidades utilizam o consignado. A modalidade geralmente é usada para para quitação de dívidas próprias ou para ajudar filhos ou outros parentes que estão em dificuldades financeiras.

A redução do limite foi aprovada na quarta-feira.

Dos 15 conselheiros, apenas um foi contrário à medida. O teto dos juros para o cartão de crédito consignado também caiu, foi de 2,83% para 2,73% ao mês.

Propostas pelo próprio governo, as medidas entram em vigor cinco dias após a instrução normativa ser publicada no Diário Oficial da União, o que deve ocorrer na segunda-feira.

A justificativa para a redução foi o corte de 0,5 ponto percentual na Taxa Selic (juros básicos da economia). No fim de setembro, o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central reduziu os juros básicos de 13,25% para 12,75% ao ano.

Em agosto, o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lu-pi, disse que a pasta pretendia propor novas reduções no teto do consignado à medida que a Selic cair. As mudanças têm de ser aprovadas pelo CNPS.

Com o novo teto, alguns bancos oficiais terão de reduzir as taxas para o consignado do **INSS**. Segundo os dados mais recentes do Banco Central, o Banco do Nordeste cobra 1,91% ao mês; o Banco da Amazônia cobra 1,9%; e o Banco do Brasil, 1,86% ao mês. Entre os bancos federais, apenas a Caixa cobra mais baixo

que o futuro teto, com taxa de 1,74% ao mês.

Os representantes das instituições financeiras propuseram que o conselho suspendesse o debate sobre os novos limites até a próxima reunião do Copom, marcada para 31 de outubro e 1º de novembro. Os bancos sugeriram uma fórmula de cálculo pela variação dos contratos de juros futuros com vencimento em dois anos, mas o CNPS, formado na maior parte por representantes do governo, dos aposentados e pensionistas e dos trabalhadores, aprovou a proposta do governo.

IMPASSE O limite dos juros do crédito consignado do **INSS** foi objeto de embates no início do ano. Em março, o CNPS reduziu o teto para 1,7% ao ano. A decisão opôs os Ministérios da **Previdência Social** e da Fazenda.

Os bancos suspenderam a oferta, alegando que a medida provocava desequilíbrios nas instituições financeiras. Sob protesto das centrais sindicais, o Banco do Brasil e a Caixa também deixaram de conceder os empréstimos porque o teto de 1,7% ao mês era inferior ao cobrado pelas instituições.

A decisão coube ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que arbitrou o impasse e, no fim de março, decidiu pelo teto de 1,97% ao mês. O Ministério da Previdência defendia teto de 1,87% ao mês, equivalente ao cobrado pela Caixa Econômica Federal antes da suspensão do crédito consignado para os aposentados e pensionistas.

A Fazenda defendia um limite de 1,99% ao mês, que permitia ao Banco do Brasil, que cobrava taxa de 1,95% ao mês, retomar a concessão de empréstimos. (com ABr)

Site:

https://digital.maven.com.br/pub/dgabc/?key=ab_6FABC F26A84A0B50C71374AB8D8BB8BB6F752C66C596A2BA 1CEF70B7BBBD179774FCDD42EB94FB421053B9D9FAA 8CF068CC9745ACC6C5109E74C61A32EF71DEDBD03975 5D482E3D892617E1FDD6B6F5031C77DF57337F006F342 9464A5652EAC9FCE9E0737AA9472371659C6519ECC8F2 D191635FCCC58D044CAB02424869

Queda de juros pede cautela de aposentado

O teto de juros do empréstimo consignado dos aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) diminuiu de 1,91% ao mês para 1,84%.

A decisão foi aprovada pelo Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS), por 14 votos a 1, na última quarta-feira (11). Na modalidade de cartão de crédito, a taxa passou de 2,83% para 2,73% ao mês. O teto é o valor máximo de juros que pode ser aplicado.

As medidas, propostas pelo próprio governo, entram em vigor cinco dias após a instrução normativa ser publicada no Diário Oficial da União. A publicação está prevista para segunda-feira (16). Com o novo teto, alguns bancos oficiais terão de reduzir as taxas para o consignado do **INSS**.

Momento de cautela Apesar da redução do juros, o momento ainda requer cautela. De acordo com João Varella, advogado especialista em direito previdenciário, é necessário que os aposentados fiquem atentos a taxa de juros ofertada. Além disso, diante da concorrência entre os bancos, é possível negociar a taxa com cada instituição.

"Apesar de ter baixado os juros para os empréstimos consignados, os aposentados, pensionistas e demais beneficiários precisam ter atenção na hora de contratar, pesando a necessidade, o montante de juros e o prazo", afirma.

Varella alerta que é hora de ter cautela. "A medida ainda não está valendo, os beneficiários precisam esperar os bancos implementarem as medidas, para contratar juros mais baixos", reiterou o advogado.

Segundo o economista e professor universitário, Paulo Alencar, os aposentados, quando contratarem o empréstimo, sempre devem ficar atentos e respeitar o limite da sua aposentadoria para não comprometer muito o orçamento. "Só contratar para casos urgentes ou extremamente necessários. De forma geral, não vale a pena pegar empréstimo.

Eu sei que é mais complicado as pessoas reservarem um pouco da sua renda, pouparem alguma coisa, mas o empréstimo é a última alternativa e esse é o empréstimo mais barato que se tem para aposentados", destaca.

Ele pontua, também, que deve-se evitar pegar um empréstimo para pagar outra dívida ou outro

empréstimo, e o ideal é realizar uma negociação junto ao credor.

Taxa Selic Segundo o Ministério da Previdência, as novas taxas acompanham o corte na taxa Selic pelo Comitê da Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC). O único voto contrário às reduções foi do representante do setor financeiro.

Os bancos propuseram congelar os juros atuais até o fim deste mês, quando ocorre a próxima reunião do Copom, mas foram voto vencido.

O plano do ministro da Previdência, Carlos Lupi, é reduzir os juros do consignado no compasso da Selic.

Antes mesmo do início da trajetória de queda na Selic, o CNPS aprovou a proposta de Lupi e reduziu o teto de juros de 2,14% para 1,70% ao mês. Os bancos reagiram e suspenderam a linha. Depois da intervenção de outras áreas de governo, a taxa ficou em 1,97%. Após o primeiro corte na Selic, o CNPS cortou novamente o teto para 1,91%, patamar atual.

Impactos negativos O setor financeiro alega que os custos de captação subiram por causa da volatilidade do mercado.

Pela proposta dos bancos, o teto deve ser vinculado aos juros futuros.

Segundo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), a medida terá impactos negativos, com redução da oferta dessa modalidade de crédito, uma das mais baratas do mercado.

Com a decisão do Conselho, taxa passou de 1,91% para 1,84% ao mês

Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/2554/13-10-2023/>

Governo vetado de ficar com precatórios

Desde 2017 o governo criou uma maneira de cancelar automaticamente créditos federais esquecidos há mais de dois anos. A ideia era fazer com que o dinheiro voltasse para o caixa do governo, em vez de ficar esperando o interessado ir sacar no banco.

Com a criação da Lei 13.463/2017^ milhares de créditos superiores a 60 salários mínimos (precatórios acima de R\$ 79.200) ou abaixo desse montante (requisição de pequeno valor), inclusive de aposentados e pensionistas do **INSS**, foram devolvidos.

Diante da importância do tema, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) discutirá a condição de validade desses cancelamentos em massa em todo país.

Num primeiro momento, causa estranheza o fato de aposentados ou pensionistas demorarem anos na Justiça para poder ter o direito reconhecido e, justamente quando o dinheiro está disponível na rede bancária, esse valor não é sacado. E esquecido por mais de dois anos.

O não saque pode ocorrer por falecimento do titular, desconhecimento de que o dinheiro foi liberado, impossibilidade de comparecimento.

O problema de o governo ficar com a posse desse dinheiro é a burocracia enfrentada pelo credor para reavê-lo, principalmente a demora. No caso dos precatórios, a espera pode levar em média de um a três anos.

Esse retardo considerável entrou na pauta de julgamento do STJ que vai analisar-se a efetiva disponibilização dos créditos.

INSS vai testar autosserviços com totens nas agências e WhatsApp

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) vai começar a testar o autoatendimento via WhatsApp e totens nas agências ainda neste mês. A iniciativa é voltada para os pedidos de perícia médica -essencial nas solicitações de benefícios por incapacidade - e de avaliação social, uma das etapas pelas quais pessoas a partir de 65 anos ou com deficiência precisam passar para ter o Benefício de Prestação Continuada (BPC/Loas).

O atendimento-piloto está previsto para ocorrer entre os dias 23 e 27 de outubro, nas agências de Mauá e Santo Amaro, em São Paulo. Ainda não há datas para testes em outras cidades nem para a chegada do serviço aos segurados.

A automação dos atendimentos faz parte do projeto de modernização do **INSS**, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Segundo o governo, o projeto para o novo modelo está sendo construído desde novembro do ano passado, com a consultoria da KPMG, que diagnosticou os serviços prestados pelo órgão em 58 cidades nas cinco regiões do Brasil. Foram ouvidos mais de 3.600 cidadãos, sendo 3.279 de forma remota e 353 em pesquisas de campo.

- Essa ação representa a reconstrução do **INSS** nessa nova perspectiva da administração pública digital no contexto pós-pandemia.

Fomos atropelados pelas mudanças e, agora, estamos respirando e planejando como tem que ser esse novo modelo de atendimento humanizado do **INSS**, não só para o cidadão, mas também para nossos colegas servidores - afirma Ana Carolina Tietz, diretora de Governança, Planejamento e Inovação do **INSS**.

Em abril, o ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, anunciou que a pasta e o **INSS** passariam a usar o WhatsApp para informar os segurados sobre serviços como agendamento de perícias, andamento de pedidos e orientações gerais sobre auxílios, aposentadorias e pensões. O serviço, porém, ainda não foi implementado.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Lira destaca empenho da Câmara com "pauta verde"

Ândrea Malcher

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), destacou ontem, no discurso na abertura do Fórum Parlamentar sobre LiFE (Estilo de Vida para o Meio Ambiente) do G20 que "a "pauta verde" é uma das maiores prioridades" do Congresso Nacional. O deputado fez um balanço daquilo que a Casa decidiu até agora sobre o tema.

"Neste ano, já aprovamos o projeto que autoriza o comércio de crédito de carbono e o acesso à biodiversidade em florestas públicas. Criamos a Comissão Especial da Transição Energética e Produção do Hidrogênio Verde no Brasil", enumerou, no encontro do grupo que reúne as 20 maiores economias do mundo, em Nova Délhi, na Índia.

Segundo Lira, três temas estão no radar da Câmara para apreciação a curto prazo: "Primeiro, a regulamentação do mercado de carbono; segundo, o marco regulatório do aproveitamento energético offshore ? a energia eólica já responde por 12% da matriz energética brasileira; e terceiro, o marco regulatório da transição energética com ênfase no uso de hidrogênio. Em paralelo a essas iniciativas, o Parlamento brasileiro continua a trabalhar pela ampliação do uso de biocombustíveis sustentáveis, como o etanol, a fim de reduzir emissões", explicou.

Lira salientou que tais preocupações confirmam o "compromisso em aprimorar o ambiente de negócios no Brasil". "Conseguimos grandes êxitos nesse sentido, com a recente aprovação do novo Arcabouço Fiscal e com a **Reforma Tributária**, que, após décadas de debates e adiamentos, foi aprovada na Câmara e está, agora, sob análise do Senado. Uma vez concluída, permitirá um imenso salto de qualidade à economia brasileira", projetou.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5142/13-10-2023.html?all=1>

Lira diz que Câmara trabalha para melhorar a economia brasileira

BRASÍLIA Agência Estado

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), destacou o papel da Casa em aprimorar a economia do Brasil com a aprovação do novo arcabouço fiscal e da **reforma tributária** - que segue em tramitação no Senado. Em sua avaliação, a aprovação da matéria no Congresso "permitirá um imenso salto de qualidade à economia brasileira".

A declaração ocorreu ontem, em participação do Fórum Parlamentar sobre LiFE (Estilo de Vida para o Meio Ambiente), em Nova Délhi, na Índia. Na viagem, o alagoano assumirá a presidência do P20, o grupo de presidentes de parlamentos do G20.

A fala de Lira sobre a **reforma tributária**, contudo, ocorre em meio a um cronograma apertado para concluir a votação da matéria neste ano, após o relator do texto no Senado, Eduardo Braga (MDB- -AM), ter pedido adiamento. A previsão agora é que o parecer seja apresentado no dia 24. A votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), por sua vez, deve ocorrer somente em novembro.

A reforma deve voltar para a Câmara, já que os senadores provavelmente aprovarão o texto com modificações em relação ao que passou pelo crivo dos deputados. A Casa comandada por Lira, contudo, está com a pauta congestionada. No discurso desta quinta-feira, Lira comentou que o principal desafio da humanidade é encontrar "caminhos e soluções viáveis" para conciliar as demandas por crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental.

"Essas são as três dimensões inseparáveis do desenvolvimento sustentável - objetivo tão nobre quanto complexo de ser alcançado", disse. Em sua avaliação, o objetivo é ainda mais decisivo e difícil para os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

"Precisamos, todos, abraçar formas colaborativas no plano internacional para promover os objetivos de desenvolvimento sustentável em benefício de toda a humanidade, e não apenas dos privilegiados de sempre", afirmou. Para isso, segundo o deputado, os parlamentos precisam "estar na vanguarda de todos esses esforços".

"Nossos Parlamentos devem ser vocais na reafirmação e implementação dos compromissos dos países desenvolvidos quanto ao financiamento da luta contra as mudanças climáticas", comentou o presidente da Câmara. Lira citou a posição de destaque do Brasil nos diálogos internacionais sobre o meio ambiente e repetiu a prioridade da chamada "pauta verde" no Congresso Nacional.

De acordo com ele, há três temas que estão no horizonte da Câmara para apreciação no curto prazo: regulamentação do mercado de carbono; marco regulatório do aproveitamento energético offshore; e marco regulatório da transição energética com ênfase no uso de hidrogênio. Em paralelo a essas iniciativas, Lira disse que o Parlamento brasileiro continua a trabalhar pela ampliação do uso de biocombustíveis sustentáveis.

"O Parlamento do Brasil já provou que deseja e sabe fazer a diferença nas discussões sobre desenvolvimento sustentável. Contem com o nosso apoio e empenho para avançarmos também no plano internacional", afirmou o presidente da Câmara

Site: <https://oliberaldigital.grupoliberal.com/home>

Eduardo Braga avança nas negociações da reforma tributária

REUNIÕES

Focado na elaboração do relatório final da PEC da **reforma tributária**, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) decidiu permanecer em Brasília até o fechamento do texto, cumprindo uma intensa agenda de reuniões presenciais e remotas. Seu objetivo é avançar nas negociações políticas para construir um consenso para a votação da matéria até o fim deste mês na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

O Eduardo Braga discutiu ajustes no encaminhamento de artigos da PEC relacionados ao modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) e ao Fundo de Sustentabilidade e Diversificação Econômica do Estado do Amazonas. Participaram dessa reunião, Alex del Giglio, secretário de Fazenda do Governo do Estado do Amazonas, e o economista Thomaz Nogueira, ex-superintendente da Zona Franca de Manaus (Suframa) e consultor tributário, além de técnicos e consultores do Senado Federal.

Braga participou de uma videoconferência com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy.

Site: <https://d24am.com/wp-content/uploads/2023/10/533fef259eeb6b81e50203adb5616e51ad459e5957ae2e9ebe5fb0e19271bb1f.pdf>

Como a economia americana pode prejudicar a brasileira? (Artigo)

Alexandre Manoel

O recente aumento na taxa de juros americana tem gerado aversão ao risco para o mercado brasileiro, porém as taxas reais de juros de médio e longo prazos dos EUA constituem problema ainda mais importante, em função dos sinais sistemáticos de descontrole fiscal na América.

Segundo o Office of Management and Budget (OMB), a dívida pública federal americana cresceu de 55,6% do **PIB**, em 2000, para 107,1% do **PIB**, em 2019, devido ao déficit primário ininterrupto de 4,15% do **PIB** de 2002 a 2019, em média.

Esse crescimento não era preocupante até 2019, pois os empréstimos de dois e dez anos ao governo dos EUA rendiam 1,5% ao ano, implicando taxas reais de juros negativas.

Contudo, a pandemia de covid- 19 elevou a dívida dos EUA para 123,4% do **PIB** em 2022, aumento de 16 pontos percentuais vis-à-vis 2019. Isso trouxe a possibilidade real de os EUA voltarem a conviver estruturalmente com taxas reais de juros positivas, enquanto não apontarem solução crível para o seu problema fiscal.

Na política americana, os republicanos prometem diminuir os **impostos**; enquanto os democratas, aumentar os gastos. Também parece não haver espaço substancial para a reforma dos gastos, exceto no orçamento militar, que é considerado intocável.

Diante disso, o Congressional Budget Office (CBO) projeta que a dívida pública dos EUA chegará a 133,4% do **PIB** em 2033, dez pontos percentuais acima do nível atual, com um déficit primário semelhante, considerando que a atual legislação não será alterada.

Recentemente, a agência de classificação de risco Fitch rebaixou a nota de crédito dos EUA, impulsionando os investidores a exigirem prêmio de juros mais altos no financiamento do governo americano, como os 4,7% ao ano para empréstimos de dez anos, mais de 2% de juros reais. Isso sugere preocupações com uma possível trajetória explosiva da dívida pública.

No contexto brasileiro, taxas reais de juros mais altas nos EUA levantam questões sobre taxa terminal doméstica de juros mais elevada, com maiores dificuldades para o crescimento econômico e estabilização da dívida pública.

Entendemos que a única alternativa ao governo é continuar na persecução das metas fiscais estabelecidas.

Qualquer revés na preocupação fiscal significará piora ainda maior nos preços dos ativos domésticos (em relação ao que vem ocorrendo recentemente).

Taxas reais de juros mais altas nos EUA levantam questões sobre taxa terminal doméstica de juros

Alexandre Manoel Economista-chefe da AZ Quest Investimentos, foi secretário dos Ministérios da Fazenda e da Economia (2018-2020)

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O que é, afinal, o rotativo do cartão?

O Congresso aprovou neste mês um projeto que limita o juro do rotativo do cartão de crédito. O máximo que poderá ser cobrado pelos bancos será o dobro da dívida inicial - ou seja 100%. Um grupo de trabalho formado por bancos, bandeiras de cartão, empresas de maquininhas de débito e crédito, representantes do varejo e Banco Central está discutindo uma proposta alternativa a esse teto para apresentá-la ao Conselho Monetário Nacional (CMN). Integrantes do grupo defendem também criar novas regras para o parcelamento sem juros no cartão.

Entenda como funciona o rotativo e o parcelamento sem juros e o que está em jogo nas discussões.

1) Como funciona o rotativo do cartão de crédito?

Quando o cliente não paga o total da fatura do cartão na data do vencimento, ele entra automaticamente no rotativo, uma forma de crédito pré aprovada.

Os especialistas em finanças recomendam que o rotativo seja usado apenas em situações emergenciais.

Mas muita gente acaba usando esse crédito seguidamente.

Assim, os valores devidos "rodam" para o próximo mês, com juros sobre juros, o que eleva muito a dívida, virando uma bola de neve.

2) Qual é o juro cobrado de quem entra no rotativo atualmente?

Segundo o Banco Central, o juro médio do rotativo chegou a 445,7% ao ano em agosto passado - no mesmo mês de 2022, era bem menor, de 399,6% ao ano. Trata-se do crédito mais caro do mercado e, por isso, estão sendo discutidas alternativas para baixar essa taxa.

3) Mas chega-se a pagar 445,6% num ano se ficar por 12 meses no rotativo?

Os bancos dizem que não.

Desde 2017, as instituições financeiras são obrigadas a migrar os clientes que ficam por mais de 30 dias no rotativo para uma linha de crédito parcelada com juros mais baixos. E, segundo os bancos, o brasileiro passa em média apenas 18 dias pendurado no rotativo do cartão. Além disso, as instituições financeiras alegam

que no Brasil uma parcela enorme das compras é feita sem juros: 75% do total, fatia muito maior que em outros países.

4) Quanto os brasileiros devem no rotativo?

Segundo o Banco Central, os brasileiros tinham R\$ 75,4 bilhões em dívidas no cartão em agosto. O número é quase o dobro de dois anos antes, em agosto de 2021, quando eram R\$ 40,42 bilhões. O crescimento dessa dívida acendeu a luz amarela no governo.

5) Por que os juros no rotativo são tão altos?

Não há resposta objetiva para isso. Uma das teses é que os juros elevados do rotativo acabam subsidiando a prática, comum no Brasil, de vendas parceladas sem juros. Assim, como os bancos não ganhariam nas vendas regulares em prestação sem taxas, estariam cobrando juros mais elevados para os clientes que se tornam inadimplentes e entram no rotativo. Mas não há consenso sobre o chamado subsídio cruzado. Outro motivo apontado para que as taxas do cartão sejam tão altas é que esta é a linha com maior inadimplência, cerca de 50%, e sem garantias (não há como tomar o bem de quem deixa de pagar).

E o cálculo é feito com juros compostos (ou seja, juros sobre juros) o que encarece ainda mais seu custo. Mas certamente, se forem **impostos** limites ao rotativo, haverá um rearranjo do parcelamento sem juros como forma de minimizar o impacto sobre o resultado do conjunto de produtos ofertados.

6) Só existe no Brasil o parcelamento sem juros?

A prática de compras parceladas sem juros é mais comum no Brasil. Em outros países, o parcelamento costuma ocorrer em transações de maior valor - automóveis, eletrodomésticos e eletroeletrônicos muito caros - e mediante pagamento de juros, ainda que com taxas em patamares bem mais baixos do que no Brasil. Recentemente, cresceu a prática em outros países, como EUA e Reino Unido, de um mecanismo conhecido como "buy now, pay later" (compre agora, pague depois, numa tradução livre), intermediado por fintechs.

7) Por que no Brasil essa modalidade é tão popular?

O varejo no Brasil usava, no passado, o carnê ou os cheques pré-datados. Neste caso, o risco era do

lojista. Com o avanço da bancarização no país, o cartão de crédito passou a ser mais adotado. No parcelamento no cartão, caso o cliente não pague as parcelas, o risco é do banco ou da financeira.

As empresas que operam as máquinas de cartão de crédito, chamadas no jargão do mercado de adquirentes, argumentam que eliminar ou limitar o parcelamento sem juros colocaria em risco as operações e a viabilidade dos pequenos varejistas no Brasil. Os bancos, por sua vez, alegam que as adquirentes ganham com essas operações ao oferecerem, para os lojistas, a antecipação dos recursos que teriam a receber no futuro das compras parceladas mediante o pagamento de taxas.

8) O parcelamento sem juros encarece o valor de produtos?

Algumas redes varejistas oferecem descontos para pagamento à vista, em lojas físicas e nas compras pela internet, prática que se tornou mais comum com a facilidade do pagamento via Pix. Mas nem sempre isso ocorre.

9) Que alternativas estão em discussão?

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, chegou a propor o fim do rotativo no cartão de crédito, mas foi alvo de críticas porque isso fecharia uma linha de crédito pré-aprovado.

Após a aprovação, pelo Congresso, do projeto de lei que limita os juros no rotativo do cartão de crédito, o grupo de trabalho formado por bancos, bandeiras de cartão de crédito, adquirentes (as maquininhas de débito e crédito), representantes do varejo, além de instituições como Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) e do BC, tem até o fim do ano para propor alternativas a esse teto na taxa do rotativo aprovado pelos congressistas.

Entre as opções em discussão estão criar regras para conter o parcelamento sem juros, como a cobrança de uma tarifa extra do consumidor para desincentivar a compra descontrolada com cartão de crédito em parcelas a perder de vista, um dos fatores que levam à inadimplência (e, portanto, o ingresso no rotativo). Ou limitar o prazo máximo deste parcelamento.

10) Fixar um teto para os juros é uma boa alternativa?

Especialistas apontam o risco de cenário parecido com o que ocorreu com o consignado dos aposentados. Após o Conselho Nacional de Previdência ter reduzido o teto dos juros, vários bancos do país cancelaram essas linhas, e o governo foi obrigado a recuar.

A Associação Brasileira de Bancos (ABBC) diz que estabelecer um limite de juros nessa modalidade pode tornar mais complexa a entrada de novas instituições no sistema, o que diminuiria o acesso ao crédito, reduzindo a inclusão financeira no país.

11) O que defendem os bancos e o varejo?

Os bancos querem diminuir o prazo das compras parceladas sem juros. Segundo as instituições, essa modalidade embute taxas escondidas dos clientes. A Federação Brasileira dos Bancos (Febraban) segue defendendo que os riscos dessa cadeia sejam diluídos.

A entidade entende que hoje são os bancos que suportam o custo da inadimplência.

O varejo defende que, num país de renda média baixa como o Brasil, o parcelamento é a forma possível para a compra de produtos, sobretudo de maior valor agregado.

12) E o que dizem os representantes das empresas de cartão de crédito?

A Abecs, associação que representa a indústria de meios eletrônicos de pagamento, é contrária a qualquer proposta de tabelamento da taxa de juros do rotativo. Para a entidade, essa medida pode resultar em queda na oferta de crédito, com impacto no **PIB** do país.

A Abecs diz que não há uma solução única para a questão e defende um debate que "evite ao máximo gerar impactos para os participantes do setor, para a economia e para a sociedade em geral"

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Despesa com juros dobrou para empresas desde 2019

Fernanda Guimarães

Com o juro alto e o ciclo de queda das taxas ainda lento, o custo das dívidas segue pressionando as companhias brasileiras, com muitas tendo que se sentar com os credores para buscar uma negociação envolvendo as condições de pagamento, especialmente prazos. Em muitos casos, a discussão envolve os "covenants" financeiros, como são chamadas as cláusulas que, no geral, estabelecem um teto para o endividamento.

Levantamento feito pela consultoria FTI a pedido do Valor mostra que as despesas das empresas com juros dobraram no intervalo de 2019 a 2023, algo que foi um motivador para a corrida das empresas por processos de reestruturação ao longo deste ano. No entanto, mais recentemente, por conta do início do corte de juros, muitas companhias colocaram essa decisão em compasso de espera, segundo especialistas.

Em alguns casos específicos, as empresas trabalham para equacionar o problema e evitar algo maior. A questão é que muitas dívidas, especialmente aquelas feitas junto ao mercado de capitais, possuem um gatilho chamado de "cross default". Ou seja, no caso da quebra de cláusula do contrato, outras dívidas podem ter o vencimento antecipado. Em alguns contratos, o covenant prevê até mesmo que a companhia mantenha um rating mínimo junto às agências de classificação de risco. Foi o caso do Grupo Casas Bahia, que conseguiu nos últimos dias evitar o exercício dessa cláusula com os detentores dos certificados de recebíveis imobiliários (CRIs), mas com um preço mais salgado para a varejista.

Dentre outros casos já públicos, está a empresa de logística Sequoia, que, depois de pedir "perdão" pelo descumprimento de indicadores financeiros, conversou com seus debenturistas e aprovou a troca de antigos papéis por novos. A petroquímica Uni-gel também teve que negociar com credores em busca de mais prazo. A fabricante de cimentos InterCement foi mais uma que pediu tempo aos credores.

A amostra da FTI incluiu 214 empresas de capital aberto. A metodologia inclui apenas aquelas com receitas anuais superiores a R\$ 1 bilhão e exclui bancos e seguradoras. Nesse grupo, as despesas

financeiras, no total, saíram de R\$ 100 bilhões em todo o ano de 2019 para R\$ 197 bilhões neste ano (considerando os últimos 12 meses até setembro), refletindo um ciclo mais longo de juros altos no Brasil, cenário que deve persistir ao menos até o próximo ano, considerando o ritmo sinalizado pelo Banco Central (BC) para o corte da Selic. O custo subiu drasticamente, apesar de a alavancagem das empresas ter se mantido praticamente estável no período, de 3,3 vezes há quatro anos para 3,2 vezes em 2023, ainda de acordo com o estudo.

O diretor da FTI Consulting, Renato Boranga, afirma que as empresas, no geral, sentam-se à mesa com seus credores antes de cruzar a fronteira imposta pelos covenants, exatamente para evitar a antecipação dos pagamentos. O "waiver", perdão temporário pelo descumprimento de determinadas cláusulas, acaba dando à companhia uma sobrevida, mas em muitos casos não evita um processo de reestruturação.

O executivo diz que, entre as companhias abertas, algo que tem sido notado são aumentos de capital com alta diluição dos atuais acionistas. Outras alternativas buscadas por empresas que precisam lidar com as dívidas são venda de ativos, redução de investimentos e suspensão de processos de compra de ativos. "Mas chama a atenção o fato de as empresas não terem aumentado a alavancagem", afirma Boranga, lembrando que o mercado de crédito esteve mais restrito e as empresas tiveram, por isso, mais dificuldade de conseguir financiamento.

O executivo, no entanto, reforça que esse é o retrato de empresas de capital aberto e, assim, não reflete a situação de todas as companhias, especialmente das menores e com menos alternativas de capital à mesa.

Luciano Lindemann, da FTI, diz que o resultado de muitas empresas não está acompanhando a curva ascendente dos custos com a dívida. "Por isso, precisam negociar", afirma.

A situação tem sido gatilho para uma onda de revisão de ratings corporativos. A quantidade de rebaixamentos neste ano pela classificadora de riscos Fitch, por exemplo, já atingiu 26 empresas, mais do que a soma de 2021 e 2022, com uma concentração nos setores de varejo, saúde e energia.

No entanto, segundo o diretor da Fitch Ricardo Carvalho, a visão é que o cenário começou a melhorar depois que o mercado de crédito reabriu, especialmente para as empresas maiores. "Há uma relação negativa entre a Selic e os "downgrades" [rebaixamentos]", diz.

Ainda assim, há luz no fim do túnel. A leitura é que, daqui para a frente, seja registrado um equilíbrio maior entre rebaixamentos e "upgrades" (aumentos de rating). Com atenção às empresas acompanhadas pela Fitch, o executivo diz que há dívidas relevantes vencendo no ano que vem, mas grande parte disso é de empresas com notas mais altas e amplo acesso ao crédito.

A Fitch calcula que, considerando o custo médio da dívida pela Selic mais um spread de 2%, no momento antes do início do corte de juros (quando a taxa básica estava em 13,75% ao ano), o serviço da dívida estava consumindo 55% do Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização) nas empresas com alavancagem de 3,5 vezes. Hoje, mesmo com a queda da Selic a 12,75%, essa "queima" está em 52% para essas empresas, ou seja, ainda muito alta. A "mordida", contudo, cairá a 39% com a taxa de juros em 9% - patamar em que residem as expectativas para o fim de 2024. "Isso vai favorecer as companhias, que terão menor pressão com a dívida, e acredito que também com algum incremento da demanda", afirma Carvalho.

O sócio da Laplace Finanças, Marcelo Benchimol Saad, afirma que, dependendo do setor da companhia, o alívio com a queda de juros não será imediato, até porque o fluxo de caixa segue comprometido. "O que faz diferença também é o perfil de vencimento dessa dívida", diz.

Isso porque, segundo o executivo, mesmo que o prazo dos financiamentos venha se alongando, ele ainda é curto para a maior parte das empresas. Assim, aquelas companhias que se endividaram com um juro mais baixo terão de buscar refinanciamento, só que desta vez a um custo muito mais elevado, dadas as atuais taxas de juros.

Diante desse cenário, segundo o executivo da Laplace, o número de consultas de companhias em dificuldade ainda permanece grande. "Tem muitas empresa apertadas, mas muitas contam com a rolagem e leniência dos credores", comenta.

Douglas Bassi, sócio da firma especializada em reestruturação Virtus, afirma que, além de as empresas estarem ainda com dificuldade de arcar com o custo da dívida, o momento está incerto e os

empresários colocaram qualquer tomada de decisão em compasso de espera. De acordo com o executivo, o início da queda dos juros e uma melhora do Produto Interno Bruto (**PIB**) fizeram com que o nível de confiança aumentasse. "Hoje, existe uma expectativa de que as coisas podem melhorar, e o empresário tende a esperar um pouco para ver se haverá uma melhora efetiva da economia", afirma.

Bassi lembra, contudo, que a melhora do **PIB** não ocorreu de forma homogênea entre os setores e que o juro seguirá, por mais tempo, corroendo a geração de caixa das companhias mais endividadas.

"Há uma relação negativa entre a Selic e os "downgrades" [rebaixamentos]" Ricardo Carvalho

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231013/>

Appian planeja investir até US\$ 2 bilhões no Brasil

Sérgio Tauhata

A gestora inglesa de private equity Appian Capital, especializada em mineração e energia, finalizou a captação de seu Fundo III, que fechou com US\$ 2,06 bilhões. Com os novos recursos, a casa ampliou o patrimônio líquido de seus três fundos de infraestrutura para US\$4 bilhões.

A casa pretende aplicar de US\$ 1 bilhão até US\$ 2 bilhões em projetos no Brasil, segundo o fundador e CEO, Michael Scherb, em entrevista ao Valor. "A Appian já fez cinco investimentos, por meio de fundos anteriores, no país e colocou três minas em produção", afirma. "Agora, gostaríamos de investir mais US\$ 1 bilhão a US\$ 2 bilhões no país", completa.

"O Brasil é o local mais importante para a Appian dentro do nosso foco em ativos de transição energética", diz o executivo. A nova captação completa o limite máximo previsto para o veículo. O Fundo III também vai aportar recursos no México, Peru, Chile, Canadá e Austrália. Segundo Scherb, os gestores do fundo já têm analisado projetos para investimentos no Brasil.

Um dos ativos que a casa desenvolveu por meio dos fundos anteriores é o Projeto Serrote, da Mineração Vale Verde, companhia adquirida pela Appian em 2018. Localizado em Craíbas, em Alagoas, o grupo investiu R\$ 200 milhões dos R\$ 700 milhões previstos para a implantação da área de mineração de cobre. Em 2022, a Mineração Vale Verde alcançou Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de US\$ 60 milhões e receita de US\$ 155 milhões.

Outro ativo da carteira, a Atlantic Nickel é uma das maiores minas a céu aberto de níquel sulfetado do mundo, localizada na Bahia e adquirida pela Appian após um processo de recuperação judicial em 2018. Em 2022, a Atlantic Nickel registrou um Ebitda de US\$ 210 milhões e receita de US\$406 milhões.

A Appian também participa de um planta de grafeno que entrará em produção no fim de 2024. Além desse projeto, a casa formalizou uma joint venture com a De-tronic Energia para construção de 20 usinas solares em Minas Gerais. O conjunto vai ter capacidade total de 62,4 megawatt-pico (MWp).

"Além da geração solar em Minas Gerais, temos estudado aportar recursos em projetos de reciclagem, infraestrutura e outros investimentos "downstream" [atividades após a produção, como armazenamento, distribuição, marketing e vendas]", afirma o CEO da Appian. De acordo com Scherb, a previsão do fundo é investir entre US\$ 100 milhões e US\$ 300 milhões por meio de capital em cada projeto e de US\$ 75 milhões a US\$ 125 milhões com crédito. "Esses recursos podem dobrar se usarmos o "pool" de coinvestimento", explica. Os fundos da Appian têm duração de 12 anos, diz Scherb, "por isso fornecemos capital, para sermos parceiros de longo prazo".

Além do Fundo III, a Appian Capital gere outros dois veículos de infraestrutura. O Fundo I reúne US\$ 375 milhões sob gestão e foi fechado em 2014. Já o Fundo II, com US\$ 775 milhões, encerrou a captação em 2021.

A gestora atua em regiões como América do Norte, América Latina, Ásia-Pacífico, Europa e alguns países africanos. O grupo já implementou mais de 60 áreas de mineração em diversos países e participa de mais de 520 minas globalmente. A casa já supervisionou mais de US\$ 200 bilhões em operações de mineração. O grupo atua no país por meio da Appian Capital Brasil, que tem como CEO Paulo Castellari.

"Brasil é importante em ativos de transição energética" Michael Scherb

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20231013/>

Alta na renda beneficia mais pobres (Editorial)

A conjuntura econômica tem se revelado positiva para os mais pobres nos últimos meses. Há mais emprego, queda no preço de alimentos e alta no valor do Bolsa Família. Tudo isso tem tido efeito positivo no bolso dos brasileiros. A renda proveniente de remuneração do trabalho e benefícios sociais cresceu, descontada a **inflação**, 8% no acumulado do ano e 9% nos 12 meses terminados em agosto, segundo noticiou o jornal Valor Econômico.

Os números significam um alento, principalmente entre trabalhadores de baixa renda, e também aumento do consumo, responsável por fatia relevante do **PIB**. Está aí boa parte da explicação para o crescimento nos últimos trimestres. Há, porém, ceticismo sobre a sustentabilidade do ritmo atual.

É verdade que algumas condições deverão se manter favoráveis. Em setembro, pelo quarto mês consecutivo, caíram os preços de alimentos e bebidas levantados para cálculo do IPCA. A queda tem sido um alívio para as famílias de menor poder aquisitivo. Como elas gastam proporção maior do orçamento com comida, sentem mais pequenas flutuações. No acumulado do ano, a **inflação** para quem tem renda muito baixa está em 2,3%, 1,5 ponto percentual abaixo da taxa para a classe alta, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O valor da cesta básica nas cidades do Rio, São Paulo e Belo Horizonte cai há cinco meses. Como as previsões sobre a próxima safra são otimistas, os mais pobres deverão continuar livres da pressão de separar uma fatia maior do dinheiro para comprar comida. Sobrará mais para gastar em serviços.

Outras causas do aumento da renda têm, no entanto, vida mais curta. É o caso da antecipação no pagamento do abono salarial e do 13º salário de aposentados e pensionistas. Como esses pagamentos já foram efetuados, não terão o mesmo efeito nos últimos meses do ano, quando contribuem para aquecer o comércio, afirma o último Relatório de **Inflação**, do Banco Central (BC), publicado no final de setembro.

Outro impulso ao consumo foi dado pela redução no endividamento das famílias, como resultado de programas de renegociação, em particular o Desenrola.

Mas esse ímpeto também tende a ser temporário. O próprio aquecimento do mercado de trabalho desperta dúvidas. O cenário global de guerras e a desaceleração da economia chinesa criam uma justificada apreensão sobre a duração da maré positiva.

Por tudo isso, o BC deve ficar atento às pressões inflacionárias. Os preços no setor de serviços em setembro subiram 0,5%. Nada fora do esperado, ainda assim um ponto de alerta. O ciclo de queda de juros iniciado em agosto deve continuar. Mas será preciso manter vigilância sobre o consumo. Se a renda maior pressionar o preço de serviços, o BC terá de reavaliar a situação.

Gestões anteriores do PT apostaram no consumo como motor do crescimento.

Funcionou durante um tempo.

Quando as adversidades externas e a incúria fiscal se fizeram sentir, tudo desmoronou. O país mergulhou em recessão, empobreceu e perdeu pelo menos dez anos de desenvolvimento. Felizmente, a independência do BC criou uma camada de proteção ao populismo monetário. Mas, por mais que possa conter a **inflação**, não garante o êxito da política econômica. São essenciais o uso do dinheiro público em políticas de eficácia comprovada e, sobretudo, a sensatez fiscal. Espera-se que as lições do passado tenham sido aprendidas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Inflação na Argentina sobe, e BC eleva juros a 133%

A **inflação** na Argentina subiu a 12,7% em setembro, com a disparada do preço dos alimentos, informou ontem o Indec, o instituto de estatísticas local. Com a alta, o indicador superou o da Venezuela e teve o maior aumento de toda a América Latina, segundo o jornal argentino La Nación. Em reação, o Banco Central da Argentina elevou a taxa de juros de referência no país para 133% ao ano. No Brasil, a taxa básica de juros (Selic) é de 12,75% ao ano.

A Argentina vive uma grave crise econômica e financeira, que vem se agravando às vésperas das eleições presidenciais, marcadas para o próximo 22 de outubro.

Nesta semana, o dólar paralelo - o blue, que é vendido em pontos informais chamados cuevas - superou a marca de mil pesos.

A desvalorização contribui para a alta dos preços.

Em 12 meses, a **inflação** alcançou 138,3%. A alta de setembro veio acima das projeções e manteve o indicador do país no mais elevado patamar desde fevereiro de 1991, quando a **inflação** bateu 27%. Em agosto, o índice havia subido 12,4%.

Analistas avaliam que a **inflação** pode fechar o ano com avanço de ao menos 190%.

-Pode chegar facilmente a 200% - disse um economista ao La Nación.

VOLATILIDADE Diante da escalada de preços e da instabilidade política, o banco central argentino elevou a taxa das Letras de Liquidez (Leliq) de 28 dias de 118% para 133%. Essa taxa de juros é tida como referência no país.

Daqui a nove dias, será realizado o primeiro turno da eleição presidencial do país.

O candidato de extrema direita, Javier Milei, lidera as pesquisas, seguido pelo candidato do governo, o ministro da Economia, Sergio Massa. Declarações de Milei têm provocado forte oscilação no câmbio e levado o governo a adotar medidas para conter a fuga de dólares.

Além da taxa das Letras de Liquidez, o BC argentino

também elevou o juro mínimo garantido em prazos fixos para pessoas físicas para 133% - considerando os depósitos de 30 dias e de até 30 milhões de pesos. Para os depósitos a prazos fixos do setor privado, os juros foram fixados em 126% ao ano.

"A autoridade monetária considera aconselhável aumentar a estrutura de taxas de juro da economia para consolidar esta tendência, limitar a volatilidade financeira observada durante o período eleitoral e favorecer a acumulação de reservas internacionais", disse o BC argentino em nota.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Bolsa avança mais em liquidez e eficiência

Rita Azevedo

O mercado de ações brasileiro cresceu nos últimos anos, de maneira geral. Mas o avanço em termos de liquidez e eficiência foi maior do que em tamanho. Isso é o que mostra um estudo de Antonio Zoratto Sanvicente, professor sênior da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária (FEA), da Universidade de São Paulo (USP).

O pesquisador usou dados do Banco Mundial do período de 1996 a 2020. No total, foram três indicadores analisados. O primeiro, de tamanho, é medido pela relação entre a capitalização de mercado das empresas listadas na B3 e o Produto Interno Bruto (**PIB**), ambos medidos em dólares e sem os efeitos da **inflação**.

O segundo, de atividade ou liquidez, considera a relação entre o volume negociado e o tamanho da economia nacional. Por fim, o indicador de eficiência mede o valor financeiro negociado em ações sobre a capitalização de mercado da bolsa.

O estudo mostra que, nos cinco últimos anos de análise, tanto a liquidez quanto a eficiência cresceram rapidamente, atingindo seu ápice em 2020. O indicador de atividade passou de 23,3% para 93% e o de eficiência foi de 85,6% a 138,9% no mesmo período. Já em relação ao tamanho, a expansão foi menor, com o indicador indo de 27,2% para 66,9%.

"O ápice do indicador do tamanho foi em 2007, quando chegou a 98%", diz Sanvicente. Naquela época, foram realizadas dezenas de ofertas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês), o que contribuiu para o aumento da capitalização geral. Passada a crise financeira que balançou os mercados globais em 2008, esse nível jamais foi alcançado novamente, ressalta o pesquisador.

Um outro dado que ajuda a dar dimensão ao tamanho do mercado brasileiro é a quantidade de companhias listadas. "Esse número praticamente não mudou", diz Sanvicente. Em 2015, a bolsa brasileira tinha 345 empresas. O número foi caindo nos anos seguintes até chegar a 324 em 2019 e voltar a 345 em 2020.

O estudo mostra ainda que o mercado brasileiro ganhou eficiência nos primeiros anos do Plano Real, de 1996 a 1998, mas que o indicador logo voltou a recuar. De 2018 a 2020 foi registrado um novo aumento, com o indicador passando de 83,9% para

138,9%, impulsionado pela queda na taxa de juros do país. "Em 2020, a Selic foi pra 2%, o que provocou uma espécie de corrida ao mercado de ações e o avanço do volume de negócios", diz.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20231013/>

Opep eleva projeção para o PIB

São Paulo - A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) elevou a projeção do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro em 2023 de 2,1% na última projeção para 2,5% na atual, segundo relatório mensal publicado ontem. E sobre a Selic, o cartel afirma que a taxa de juros deverá terminar o ano em 12,25% no Brasil e cair a 8% até o fim de 2024. O relatório pontua que as economias emergentes, com o Brasil entre elas, têm potencial para superar expectativas de crescimento diante de melhora na demanda doméstica e no comércio exterior.

O cenário específico brasileiro tem sido favorecido pelo progresso na reforma fiscal nacional e também pela melhora do ambiente de investimentos diante da antecipação do alívio monetário promovido pelo Banco Central, segundo a organização.

A Opep estima que a **inflação** ficará em torno de 5% em 2023. A taxa oficial divulgada na quarta-feira pelo IBGE está em 5,19% em 12 meses.

A Opep também divulgou a sua previsão de alta na demanda global por petróleo em 2023.

O cálculo foi mantido em 2,4 milhões de barris por dia (bpd). Para 2024 o cartel também deixou inalterada a sua projeção de 2,2 milhões (bpd) de acréscimo na demanda mundial.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?flip=acervo>

FMI afirma não acreditar em déficit zero em 2024

PROJEÇÃO O Fundo Monetário Internacional (FMI) apresentou um cenário menos pessimista para a situação fiscal do Brasil, mas diz não acreditar que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vai conseguir zerar o déficit das contas públicas no próximo ano, como ele prometeu. Apesar dessa previsão, o ministro reiterou que vai cumprir as metas primárias e que isso será possível por meio de medidas adicionais para aumentar as receitas do governo.

Segundo o relatório Monitor Fiscal, divulgado em meio às reuniões anuais do Fundo e do Banco Mundial, que acontece em Marrakesh, no Marrocos, O FMI disse esperar que o Brasil apresente déficit primário de 1,2% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2023, voltando ao vermelho após registrar superávits nos últimos dois anos. Para 2024, o organismo ainda vê o País no negativo, com um déficit primário de 0,2% do **PIB**. Para o FMI, o Brasil só vai colocar as contas no azul somente em 2025, quando deve registrar superávit primário de 0,2%. A partir daí, o Fundo vê o País superavitário até 2028.

Quanto à dívida brasileira, o FMI também melhorou sua projeção, mas seguiu pessimista. O Fundo - que leva em conta os títulos do Tesouro em posse do Banco Central - espera que a proporção dívida versus o **PIB** do Brasil também volte a crescer neste ano, para 88,1% - em junho, essa projeção era de 88,4%. Esse dado é um dos principais indicadores de solvência de um país e avaliado de perto pelas agências de classificação de risco. No ano passado, a relação dívida/**PIB** do Brasil ficou em 85,3%. O Fundo vê essa relação chegando ao patamar de 90,3% em 2024, avançando até 96,0% em 2028.

Tanto o Fundo quanto o Banco Mundial aproveitaram o encontro anual para alertar sobre a importância de os países cuidarem das contas públicas. De acordo com as instituições, passada a pandemia, agora é preciso fechar as torneiras dos gastos, ainda que haja muita pressão no horizonte por suporte público em um ambiente de **inflação** elevada e que corrói o poder de compra dos consumidores. "Isso é realmente importante", advertiu Ajay Banga, presidente do Banco Mundial.

Em posicionamento ao FMI, Haddad voltou a afirmar que o Brasil vai zerar o déficit primário até o fim de 2024 e entregar um superávit de 1% do Produto

Interno Bruto (**PIB**) em 2026, último ano do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Site: <https://impresso.correio24horas.com.br/>

Brasil lidera na América Latina e é a economia mais inovadora

O Brasil alcançou projeção em cinco posições no Índice Global de Inovação (IGI) na comparação com o ranking de 2022 e em 2023 é o país mais inovador da América Latina, passando à frente do Chile, que ostentava a posição ano passado. No cenário global, ocupa o 49º lugar entre 132 países. Os dados foram divulgados nessa quarta-feira (27), data de abertura do 10º Congresso Internacional de Inovação da Indústria, realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pelo Sebrae, no São Paulo Expo.

Mesmo com os ganhos de posições, sustentado pelo terceiro ano consecutivo, a colocação brasileira ainda é considerada tímida do potencial do país, que hoje tem a 10ª maior economia do mundo. A melhor posição do Brasil no IGI foi em 2011, em que chegou ao 47º lugar.

As cinco posições avançadas pelo Brasil no ranking de 2023 colocam o país entre as economias que mais melhoraram o desempenho no indicador nos últimos quatro anos. O Brasil apresenta pontuações elevadas em indicadores como serviços governamentais online (14ª posição) e participação eletrônica (11ª). O país também se destaca pelo valor de seus 16 unicórnios (22ª), representando 1,9% do PIB nacional em 2023, e por seus ativos intangíveis (31ª), obtendo bons resultados mundiais por suas marcas registradas (13ª) e pelo valor global de suas marcas (39ª).

Os dez países mais bem colocados no índice são Suíça, Suécia, Estados Unidos, Reino Unido, Singapura, Finlândia, Holanda, Alemanha, Dinamarca e Coreia do Sul. A classificação é divulgada anualmente, desde 2007, pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI - WIPO, na sigla em inglês), em parceria com o Instituto Portulans e o apoio de parceiros internacionais - no caso do Brasil, a CNI e a Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), parceiras na produção e divulgação do IGI desde 2017.

Entre os cinco países do BRICS, o Brasil está na terceira colocação, à frente da Rússia (51º lugar) e da África do Sul (59º). A China é a 12ª colocada e Índia ocupa o 40º lugar. Ao comentar o índice, o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, disse que o Brasil tem condições de crescer a cada ano no ranking, por meio de investimentos

e políticas direcionadas à ciência, tecnologia e inovação. "A posição do Brasil no Índice Global de Inovação vem melhorando nos últimos anos. No entanto, temos um potencial muito inexplorado para melhorar o nosso ecossistema de inovação, atingir o objetivo de integrar os setores científico e empresarial e, conseqüentemente, promover maior inovação", destacou.

Ainda segundo ele, é preciso políticas públicas modernas e atualizadas. "Para isso, o IGI tem o papel fundamental de auxiliar na compreensão dos pontos fortes e fracos do Brasil. A CNI e a MEI estão conscientes da importância de medir a inovação para viabilizar políticas eficazes, alcançar resultados sólidos em atividades de CT I e promover o desenvolvimento social e econômico", disse.

Já na avaliação da diretora de Inovação da CNI, Gianna Sagazio, a fragilidade e a deterioração de universidades e infraestruturas de pesquisa brasileiras impactam não só a formação de recursos humanos para inovação, mas a oferta de conhecimento científico e de estruturas laboratoriais para viabilizar a inovação nas empresas. "A brusca queda no orçamento público de investimento em CT I inviabiliza o fomento à projetos de P D para novas demandas da sociedade e, ainda mais grave, interrompeu inúmeros projetos de pesquisa científica e tecnológica, inclusive de empresas brasileiras, que dependem de financiamento regular e previsível para fornecerem os resultados esperados", destaca Gianna Sagazio.

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/13-10-2023-edicao24680/>

Ecclestone é condenado a prisão por fraude fiscal

Ex-chefão da Fórmula 1, o magnata inglês Bernie Ecclestone declarou-se culpado de ocultar 400 milhões de libras (R\$ 2,4 bilhões na cotação atual) em sua declaração de **impostos** e foi condenado a 17 meses de prisão por fraude fiscal. A confissão foi feita ontem durante audiência em um tribunal de Londres, no qual também ficou definido, por meio de um acordo, que ele terá de pagar 653 milhões de libras (R\$ 4 bilhões) ao governo britânico.

Foram 18 anos de **impostos** sonegados.

Aos 92 anos, Ecclestone não terá de cumprir a pena em regime fechado, pois o juiz Simon Bryan decidiu suspender a pena por dois anos, o que significa que o magnata será preso apenas se cometer outro crime durante este período. Em depoimento anterior, em encontro com representantes da Receita e Alfândega de Sua Majestade, no ano de 2015, ele havia negado a acusação. Ontem, após sentar-se frente a Bryan no Tribunal Real de Southwark, disse "eu me declaro culpado" e forneceu alguns detalhes sobre o caso.

O valor é referente a um fundo multimilionário e não declarado que o ex-chefão da F-1 mantinha em Cingapura. No depoimento dado em 2015, disse que havia estabelecido um único fundo a favor de suas filhas e que não era instituidor ou beneficiário de nenhuma outra operação do tipo. Christine Montgomery, advogada de defesa, disse que a resposta dada naquela época foi baseada em um engano. "A intenção do sr. Ecclestone não era evitar o pagamento de **impostos**. Ele sempre esteve disposto a pagar.

Sua resposta foi um lapso impulsivo de julgamento. Ele está com saúde frágil e o processo está causando imenso estresse para ele e para aqueles que o amam", disse.

Desde o início do ano, a equipe de defesa de Ecclestone vinha tentando impedir o julgamento, sob o argumento de risco de saúde. Chegou a apresentar relatório de um cardiologista, no qual estava escrito que o magnata "tinha mais chance de morrer do que de não morrer" se comparecesse ao Tribunal, mas o juiz não aceitou o argumento. A confissão se antecipou ao julgamento que ocorreria em novembro.

POLÊMICA COM MASSA. Colecionador de polêmicas,

Ecclestone criticou recentemente a busca de Felipe Massa pelo reconhecimento do título da temporada 2008 da Fórmula 1.

"O clã de Massa só se preocupa com dinheiro. Mas as chances de obter sucesso neste caso são zero", disse o dirigente, que é um dos pivôs dos novos desdobramentos do chamado "Cingapuragate". Massa rebateu as declarações e afirmou que o ex-chefão da categoria está com medo dos possíveis desdobramentos da sua investida na Justiça contra a própria F-1 e a Federação Internacional de Automobilismo (FIA).

O famoso "Cingapuragate" marcou uma das etapas mais polêmicas da história da F-1.

No GP de Cingapura de 2008, o brasileiro Nelsinho Piquet bateu de propósito no meio da prova, sob ordem de Briatore, para beneficiar diretamente o espanhol Fernando Alonso, seu companheiro de equipe na Renault. O caso voltou à tona neste ano justamente por causa de Ecclestone, que revelou em março deste ano que ficou sabendo da conspiração da Renault ainda em 2008, pouco depois da batida de Nelsinho.

Como efeito prático, o incidente permitiu Alonso conquistar a vitória daquela prova.

E prejudicou Massa, que era o líder da corrida até o momento da batida. O brasileiro terminou em 13º, sem somar pontos. E viu o inglês Lewis Hamilton, seu rival direto na briga pelo título daquele ano, abrir vantagem no campeonato.

O caso foi denunciado em 2009 e causou a punição dos principais dirigentes da Renault, poupando a dupla de pilotos.

Mas não afetou o resultado da corrida disputada no ano anterior porque, pelas regras da FIA, um campeonato não pode ser alterado após ser finalizado.

E a denúncia, a investigação e as punições só ocorreram um ano depois do episódio.

"A intenção do Sr. Ecclestone não era evitar o pagamento de **impostos**. Ele sempre esteve disposto a pagar. Ele está com saúde frágil e o processo está

causando imenso estresse para ele"

Christine Montgomery, Advogada de Ecclestone

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>